

Defender o Serviço de Atendimento Completar (SAC) na Póvoa de Santa Iria! PELO DIREITO AOS CUIDADOS DE SAÚDE!



NÃO É ACEITÁVEL!

O Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) do Estuário do Tejo anunciou o encerramento do Serviço de Atendimento Completar (SAC) da Póvoa de Santa Iria a partir do próximo dia 1 de Agosto. O ACES escolhe a época de verão para, pela calada, roubar um serviço importante para as populações da Póvoa de Santa Iria e do Forte da Casa. A concretizar-se este encerramento as populações ficam sem atendimento médico entre as 20h e as 22h.

CONCENTRAÇÃO/PROTESTO

30 JULHO . 18H . JUNTO AO CENTRO DE SAÚDE
PARTICIPA RITA RATO
DEPUTADA DO PCP NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

DOIS MÉDICOS PARA MEIO CONCELHO?

A solução alternativa, apontada pela direcção do ACES, passa pela concentração das populações de Alverca, Sobralinho, Vialonga, Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa, ou seja mais de meio concelho, no SAC de Alverca que é assegurado apenas por dois médicos.

O SILÊNCIO CONVENIENTE

Coniventes com as políticas dos sucessivos governos PS/PSD/CDS, também na Câmara Municipal e na Junta de Freguesia, o PS e PSD fingem não ver o ataque às populações ou refugiam-se no envio de ofícios inconsequentes. São assim coniventes com as posições nacionais dos seus partidos.

EXISTEM SOLUÇÕES!

É urgente exigir a continuidade do Serviço de Atendimento Complementar na Póvoa de Santa Iria, bem como o reforço dos meios necessários para que mais de 2500 pessoas possam finalmente ter um médico de família. Para além da clara insuficiência de meios humanos somam-se as dificuldades de transportes e os respetivos custos para uma população bastante envelhecida e com incapacidade económica.

Na Assembleia da República o PCP propôs e o PS e o PSD rejeitaram, estas medidas, entre outras:

- A dotação de cada unidade de saúde dos recursos orçamentais adequados às necessidades da população;
- Reverter as parcerias público privadas na saúde;
- Reforçar os serviços com mais profissionais de saúde;
- Valorizar os profissionais de saúde no plano social, profissional e remuneratório;
- Atribuir médico de família a todos os utentes;
- Alargar as valências dos cuidados de saúde primários e reabrir unidades de proximidade encerradas;
- Revogar as taxas moderadoras e garantir o transporte de doentes não urgentes.